

1

2 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 6 DE MARÇO DE 2.018.**

3 **ATA Nº 02/2.018** - Aos seis dias, do mês de março, do ano de
4 dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, no auditório da
5 Defensoria Pública do Estado de Alagoas, sita na Av. Fernandes
6 Lima, nº 3296, Gruta de Lourdes, nesta cidade, compareceram ao
7 nosso encontro os seguintes membros: Gustavo Henrique
8 Albuquerque Santos(MPC/AL), Nelton Martins Yin Filho(CGU),
9 José Carlos Castro(MPE/AL), Fabrício Leão Souto(DPE/Al),
10 Pedro Guido da Silva (ISV), Claudivan da Silva Costa(TCU),
11 Fernando Teles de Farias(Arquidiocese de Maceió), Sérgio
12 Studart(CGU), Adriano Carvalho Bezerra de Brito (AGU), e Sras.
13 Edilma de Albuquerque Lins Barbosa (SINDMED), Valéria
14 Bezerra(RFB), Rosa Maria Barros Tenório(MPC/AL), Helenice
15 Balbino Silva(SINTEAL), Lorena Medeiros(APROMAL) e
16 Adriana Andrade Araújo (CRC/AL). **Item 1 da Pauta:**
17 **Aprovação das Atas das reuniões anteriores** - Estas foram
18 aprovadas por unanimidade, sem ressalvas, após o conhecimento
19 de seus respectivos textos por todos os presentes. **Item 2 da**
20 **Pauta: Apresentação do Dr. Moacir Rodrigues de Oliveira –**
21 **Superintendente da CGU** – O recém-chegado Superintendente
22 da Controladoria Regional da União em nosso Estado,
23 inicialmente, ao tempo em que elogiou seu antecessor, Sr. José
24 William Gomes da Silva, por sua efetiva e marcante atuação à
25 frente da CGU em nosso Estado, disse identificar-se como um
26 servidor comum, afirmando que no âmbito das competências
27 institucionais da Controladoria, atuou em algumas etapas da
28 Operação Lava Jato. Colocou-se, enfim, à disposição do FOCCO,
29 no sentido de intensificar as ações de prevenção e combate à
30 corrupção, na defesa do patrimônio público. Em seguida, passou,
31 ele, a palavra ao Sr. Sérgio Studart, com o objetivo de apresentar
32 o programa da CGU, que visa a realização de 15(quinze)
33 atividades para o presente exercício. Entre estas, citou o
34 representante da Controladoria: O Projeto de Integração que tem o
35 propósito de mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção, por
36 meio de ações de conscientização e de programas educacionais

37 que contribuam para a formação de cidadãos mais racionais,
38 íntegros e engajados, através de uma Campanha de Prevenção
39 Primária dirigida a crianças, adolescentes e adultos, que tenha
40 como meta promover a formação de cidadãos conscientes.
41 Mencionou, também, a promoção do Dia Internacional Contra a
42 Corrupção e a imposição de haver um estímulo à metodologia
43 Escala Brasil Transparente (EBT), para medir a transparência
44 pública em estados e municípios. Foram apontadas, ainda, Ações
45 para Fortalecer o Controle Social, a exemplo da programada
46 juntamente com o SINTEAL, e a Implantação de Aplicativos para
47 o Controle do Transporte Escolar. A par de referidas práticas foi
48 lembrada a exigência de se intensificar, também, algumas Ações
49 para a Gestão de Ouvidorias Ativas, encarregadas de executar
50 processos de relacionamento com os cidadãos. Ato contínuo,
51 registrou, ele, o relevante apoio recebido da Controladoria Geral
52 do Estado. Citou, por fim, a importância da Corregedoria Geral da
53 União. Neste instante, finalizando, o Sr. Moacir Rodrigues
54 mencionou o mérito dos programas: “Um por Todos e Todos por
55 Um! Pela Ética e Cidadania” e “Olho Vivo no Dinheiro Público”,
56 com o objetivo de fazer com que os cidadãos, nos diversos
57 municípios brasileiros atuem, efetivamente, visando uma melhor
58 aplicação dos recursos públicos. Logo após, em resposta ao Sr.
59 Coordenador, solicitando informações sobre a atuação da CGU na
60 operação Lava Jato, ficou evidente que a Constituição impõe uma
61 conduta impessoal, sem o viés de beneficiar ou prejudicar quem
62 quer que seja, preservando a confidencialidade do procedimento.
63 **Item 3 da Pauta: Apresentação do Prof. Fábio Soares Gomes,**
64 **representante do IFAL, com o seguinte tema: “Controle**
65 **Social da Gestão Pública”** - Agenda prejudicada devido a
66 ausência, devidamente justificada, do Prof. Fábio Soares. **Item 4**
67 **da Pauta: Apresentação da representante da RFB, Sra.**
68 **Valéria Bezerra, acerca do projeto Destinação** - O Sr.
69 Coordenador passou a palavra a representante da Receita Federal
70 do Brasil, que, de início, distribuiu um folder entre os presentes,
71 do qual constam todas as instruções relativas ao projeto, que tem
72 como objetivo orientar e estimular à destinação de uma parte do

73 Imposto de Renda aos fundos sociais, em particular, àqueles que
74 tenham como foco um futuro melhor para as crianças e jovens
75 brasileiros. Em seguida, realizou um minucioso comentário sobre
76 o conteúdo do folheto distribuído, abordando os seguintes
77 tópicos: O que são Fundos dos Direitos da Criança e do
78 Adolescente? Por que concretizar a aplicação e quem pode fazer a
79 destinação para esses respectivos Fundos? Explicou, ainda, a Sra.
80 Valéria Bezerra, sobre a possibilidade e o requisito para aqueles
81 que tiverem restituição a receber e o “passo a passo”, à luz do
82 procedimento regulamentar a ser adotado. Concluiu, solicitando,
83 entre os presentes, a divulgação do projeto em suas respectivas
84 áreas de atuação. Já o Sr. Pedro Guido disse da necessidade da
85 criação do respectivo Conselho, para a constituição do Fundo,
86 bem como da imposição de um efetivo apoio do Ministério
87 Público Estadual a essas representações; enquanto a Sra. Adriana
88 Andrade, afirmou que o CRC/AL já oferece, também, essa
89 contribuição, e que continua à disposição do FOCCO, apoiando a
90 iniciativa. Voltando a intervir, o Sr. Pedro Guido validando o que
91 afirmara antes, disse da necessidade de que este Fórum, solicite o
92 apoio do ilustre Procurador Geral de Justiça à citada demanda,
93 com o objetivo de que a Instituição por ele dirigida, acompanhe
94 efetivamente referido projeto nos municípios. Neste instante, o Sr.
95 Sérgio Studart sugeriu a divulgação do programa no site do
96 FOCCO. Já a representante da RFB, ao tempo em que disse da
97 importância da iniciativa, afirmou da necessidade de se
98 conscientizar o desejado doador, quanto a dimensão do
99 empreendimento. “É o Imposto de Renda a Serviço da
100 Cidadania”, concluiu ela. **Item 5 da Pauta: Discussões e**
101 **aprovação do Planejamento Estratégico** - O Sr. Coordenador
102 confirmando o que dissera em nossa reunião anterior, apresentou
103 e distribuiu entre os presentes, um planejamento bem elaborado,
104 através do qual se destaca um conceito de longo prazo, com
105 objetivos, metas e valores bem definidos. No item 1 do citado
106 documento(Maior frequência às reuniões das comissões), foi
107 apontado como problema o processo de integração entre os órgãos
108 de controle, face as constantes ausências de alguns às nossas

109 reuniões; sendo sugerido, a título de aprimoramento, uma
110 provocação a essas unidades, visando otimizar suas frequências.
111 Foi proposta, também, uma análise da lista de frequência, com o
112 objetivo de relacionar os ausentes contumazes, para que sejam
113 tomadas as devidas providências. No item 2, (Realizar um
114 Evento), foi lembrado o Dia Internacional Contra a Corrupção.
115 No Item 3(Parlamento Jovem Universitário), foi citado o evento,
116 já agendado para este mês, a acontecer na Universidade Estadual
117 de Alagoas, com a participação efetiva da Comissão de
118 Capacitação deste FOCCO. Sobre o item 4(Fiscalização dos
119 Portais de Transparência nos Municípios e LAI), o Sr. José Carlos
120 citou o trabalho do MPE/AL, nas Câmaras Municipais. No
121 5(Acompanhamento do andamento de processos e investigações
122 de grandes casos de corrupção em Al.), foram apontados os casos
123 da Assembleia Legislativa de Alagoas. No item 6(Participação de
124 atividades da sociedade para percepção, prevenção e combate à
125 corrupção), foram citadas participações em reuniões e eventos a
126 acontecerem no decorrer do presente exercício. Sobre o item
127 7(Intercâmbio com outros Fóruns e/ou Movimentos estaduais), a
128 exemplo do item anterior, com destaque à nossa presença em
129 outros Estados, foi mencionada nossa atuação no Planejamento
130 ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à
131 Lavagem de Dinheiro. Já no item 8(Eleições 2.018), o Sr. Pedro
132 Guido voltou a insistir no que afirmara em nossa última reunião:
133 “O que decide não é o dinheiro contabilizado, mas o que corre nos
134 bastidores e que há a necessidade de se combater a desigualdade”;
135 disse ele, ainda: “Infelizmente, não temos eleição, mas compra de
136 mandatos” e “Temos que retirar o dinheiro da eleição, contando,
137 para isso, com a fiscalização da sociedade civil”; foi citada,
138 também, a utilização da Lei da Ficha Limpa do TCU, a quem
139 compete a avaliação acerca da situação de inelegibilidade de
140 pretensos candidatos. Quanto ao item 9(Fiscalização dos recursos
141 oriundos dos precatórios do FUNDEF), o Sr. Coordenador
142 justificou sua inserção no presente quadro de atividades, com o
143 objetivo de manter a transparência e a rastreabilidade na aplicação
144 desses recursos. Aqui, o novo Superintendente da CGU voltou a

145 registrar a possibilidade do FOCCO contar com a participação
146 efetiva do órgão, por ele dirigido, na referida fiscalização.
147 Concluindo a presente pauta, o Sr. Fabrício Leão colocou-se à
148 disposição da Comissão Executiva para colaborar na produção de
149 um vídeo, que a Coordenação comunicou ter condições de
150 providenciar, junto a assessoria de comunicação do TCE/AL.
151 Propôs, também, o representante da Defensoria Pública, a
152 realização de algumas visitas às escolas desta cidade, para
153 tentarmos convencer os educandos, sobre nossa responsabilidade
154 a partir das próximas eleições. **Item 6 da Pauta: Ponto**
155 **levantado pelo Professor Pedro Guido – representante do**
156 **Instituto Sílvio Vianna - no sentido de promoção de debates**
157 **sobre ações que combatam as desigualdades sociais** - O Sr. P.
158 Guido, de início, mostrou-se bastante preocupado, afirmando que
159 a despeito dos avanços tecnológicos hoje alcançados, a crise
160 social está se expandindo, provocando o aumento do desemprego,
161 cortes de direitos sociais e de investimentos públicos de interesse
162 coletivo, cujo objetivo é a retirada de direitos da população e o
163 desmonte dos serviços públicos, para que sobrem mais recursos,
164 ainda, para o pagamento de encargos da chamada dívida pública,
165 que nunca foi auditada, gerando, com isso, o aprofundamento da
166 desigualdade social. “É necessário acabar com a voracidade do
167 poder financeiro”, disse ele. Ainda, sobre o tema, sugeriu a
168 promoção de um seminário com a participação de 3(três)
169 debatedores. Fazendo o contraponto, o Sr. José Carlos sugeriu que
170 a iniciativa poderia ser atribuída ao Instituto Sílvio Vianna;
171 enquanto a Sra. Helenice Balbino, afirmou ser muito importante a
172 sugestão, mas, por outro lado, sente-se bastante frustrada pela
173 apatia da população. Retomando o debate, o Sr. José Carlos
174 voltou a insistir, admitindo não ter este Fórum as condições
175 necessárias para cumprir referida ação. Concluindo a discussão
176 em torno do assunto, o Sr. Pedro Guido solicitou a manifestação
177 dos presentes, no grupo de WhatsApp. **Item 7 da Pauta:**
178 **Considerações Finais** - Confirmada a data de 3 de abril do
179 corrente para nossa próxima reunião, a acontecer no Instituto
180 Federal de Alagoas. Não havendo mais nada a ser discutido, foi

181 encerrada a reunião às 12 horas e 30 minutos. Assinam a Ata os
182 Srs. Gustavo Henrique Albuquerque Santos – Coordenador e
183 Fernando Teles de Farias – Secretário, juntamente com os demais
184 membros presentes.

185

186

187 Gustavo Henrique Albuquerque Santos

188 Coordenador

189

190 Fernando Teles de Farias

191 Secretário

192

193 Nelton Martins Yin Filho

194 CGU

195

196 José Carlos Castro

197 MPE/AL

198

199 Fabrício Leão Souto

200 DPE/AL

201

202 Pedro Guido da Silva

203 ISV

204

205 Claudivan da Silva Costa

206 TCU

207

208 Edilma de Albuquerque Lins Barbosa

209 SINDMED

210

211 Valéria Bezerra

212 RFB

213

214 Rosa Maria Barros Tenório

215 MPC/AL

216

217

Helenice Balbino Silva

218

SINTEAL

219

220

Sérgio Studart

221

CGU

222

223

Adriano Carvalho Bezerra de Brito

224

AGU

225

226

Lorena Medeiros

227

APROMAL

228

229

Adriana Andrade Araújo

230

CRC/AL

231